

PROCESSO DE DESMATERIALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO EXTERNA

Enquadramento

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, que visa a implementação de um conjunto de reformas e investimentos que permitirão ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.

A Componente C20 – *Escola Digital*, alinhada com a Estratégia Portugal 2030 e com o Plano de Ação para a Transição Digital, tem como principal objetivo criar condições para a inovação educativa e pedagógica através do desenvolvimento de competências em tecnologias digitais, da sua integração transversal nas diferentes áreas curriculares e da modernização do sistema educativo português.

Descrição da operação

No âmbito do investimento TD-C20-i01.01 «Assegurar o fornecimento de conectividade à internet de qualidade às escolas, e criar condições para a melhoria e utilização generalizada de recursos educativos digitais, incluindo nos processos de avaliação, bem como para a gestão eficiente do processo de transição digital no sistema educativo» foi celebrado, no dia 16 de novembro de 2021, contrato de financiamento entre a Secretaria-Geral da Educação e Ciência (SGEC), e o Instituto de Avaliação Educativa, I.P. (IAVE), que outorgou na qualidade de beneficiário final. Entretanto, o IAVE passou a beneficiário direto, a partir de 30 de julho de 2024, em resultado do contrato de financiamento acordado e aceite por ambas as partes, estabelecido com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP).

O contrato inicial de 12.000.000,00€ para a realização do projeto de desmaterialização dos processos de elaboração, distribuição, aplicação, realização e classificação das provas de avaliação interna e externa, bem como a aquisição da infraestrutura tecnológica de suporte ao sistema, a desenvolver entre 2021 e 2026, mantém-se sendo que o IAVE é o responsável pela implementação e execução física e financeira do investimento obrigando-se a criar e a manter as condições para assegurar as funções contratualizadas que lhe são confiadas no âmbito do PRR e que lhe permite beneficiar do financiamento, como beneficiário direto. As plataformas, aplicações e equipamentos em desenvolvimento são independentes da decisão de os exames nacionais do ensino secundário não transitarem, de momento, para suporte digital.

Contrato de financiamento firmado entre a SGEC e o IAVE (enquanto beneficiário intermédio):

<https://www.sec-geral.mec.pt/pt-pt/pagina/beneficiario-intermediario>

Despacho nº 9507/2024, do Gabinete do Ministro da Educação, Ciência e Inovação, que designa o IAVE **beneficiário direto**: [DR224-001-00002-317975905-160_9507_2024.pdf](#)

Informação adicional

Este investimento é financiado pelo PRR e pela União Europeia.

Mais informações em: [Escola Digital - PRR - Recuperar Portugal](#)